

Os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho dos servidores públicos do Distrito Federal: Nexo causal, Sistema de Informações e Notificações

Antonio Gomes da Costa Neto¹

Resumo: O trabalho analisa os agravos à saúde em decorrência de Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) dos servidores públicos do Governo do Distrito Federal. Discorre sobre a convergência entre os acometimentos e o possível nexo de causalidade entre a licença e a relação laboral. Realizada por meio de análise documental, utilizando do instrumento de coleta de dados da Lei de Acesso à Informação (LAI), além de informações sobre os agravos e notificações registradas no sistema de monitoramento em vigilância sentinela no exercício de 2017. Foram identificadas 15557 licenças concedidas por transtornos mentais, 6.708,40 ou 43,12% dos casos têm evidências de Notificação Compulsória e atingem 8,03% dos 83545 servidores estatutários. Entretanto, no sistema de monitoramento há registro de tão somente 09 (nove), apesar de constituir-se na maior causa de absenteísmo dos servidores estatutários do Distrito Federal. Denota-se ausência de monitoramento e avaliação.

Palavras-chave: Transtornos Mentais; Absenteísmo; Servidores Públicos.

The Mental Disorders Related to the Work of Public Servants of the Federal District: Causal nexus System of Informations and Notifications

Abstract: The study analyzes the health problems due to Mental and Behavioral Disorders (MBD) of public servants of the Government of the Federal District. It discusses the convergence between the occurrences and the possible causal link between the license and the employment relationship. Carried out by means of documentary analysis, using the data access instrument of the Information Access Act (LAI), in addition to information about the injuries and notifications recorded in the monitoring system in sentinel surveillance in the year 2017. There were 15557 licenses granted for mental disorders, 6,708.40 or 43.12% of the cases have evidences of Compulsory Notification and reach 8.03% of the 83545 statutory servants. However, in the monitoring system there is only 9 (nine) records, despite being the largest cause of absenteeism of the Federal District's statutory servers. Therefore the monitoring and evaluation measures are absence.

Keywords: Mental Disorders; Absenteeism; Public Servers.

Introdução

O tema nesse artigo aborda aspectos do agravo à saúde dos trabalhadores, especialmente, dos servidores públicos do Governo do Distrito Federal, a partir das informações divulgadas por meio do Relatório do Perfil dos Servidores Estatutários em relação

¹ Doutorando em Ciências Sociais, Mestre em Educação, Pedagogo. Universidade de Brasília, Departamento de Estudos Latino Americanos. antonio.sedf@gmail.com.

aos transtornos mentais identificados pelo órgão de saúde (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Tem por objetivo verificar as situações que revelam convergência entre os acometimentos e o nexos de causalidade, o afastamento e a relação laboral, considerando a hipótese das evidências constarem do registro Código Internacional de Doença (CID), no Decreto 6.957/2009 e na Portaria n. 205/2016 do Ministério da Saúde, atualizada pela Portaria de Consolidação n. 05/2017, em relação à imposição de notificação compulsória quando relacionados ao trabalho.

Nesse trabalho utilizar-se-á das evidências identificadas de Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) dos servidores públicos estatutários do Distrito Federal, cujos achados têm relação laboral (COSTA NETO, 2018a, 2018b, 2018c, 2018d, 2019), em nível nacional alcança “aproximadamente um terço da população em indivíduos de diferentes faixas etárias” (SILVA, 2018), além de ser a maior causa de absenteísmo dos servidores públicos estatutários do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2018), bem como afeta o “desempenho interpessoal, social e no trabalho” (SCWHARTZ, 2017, p. 47).

Os fatos identificados decorreram de determinação administrativa do Governo do Distrito (Orientação Normativa 01/2017), a qual Auditoria Operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal em 2016 (TCDF - Processo 1130/2014) revelava que esses dados não eram consolidados para critérios de controle governamental, todavia, fato levado ao conhecimento público em razão de notícia publicada em periódico de grande circulação em nível nacional e distrital (METRÓPOLES, 2018a, 2018b).

O caráter difuso das situações identificadas é de fundamental importância para efeitos de acompanhamento, controle social e governamental, entre os quais a necessidade de divulgação e do conhecimento público, inclusive, para fins de vigilância epidemiológica, de modo a garantir a identificação e o mapeamento de agravos, bem como a avaliação das políticas públicas de promoção da saúde (CHAMPAGNE, et al, 2011) e para fins de controle social (COSTA NETO, 2012).

Segundo o Ministério da Saúde (Portaria n. 205/2016), os Transtornos Mentais devem ter sua notificação compulsória no sistema de vigilância em unidade sentinela, logo, acometimentos à saúde do trabalhador que devem ser inseridos no sistema de monitoramento e acompanhamento (COSTA NETO, 2018a). Portanto, são informações difusas, compulsórias, contribuem para vigilância epidemiológica, devem ter ampla divulgação e em linguagem cidadã.

Partimos da premissa da Notificação compulsória constitui-se em dever profissional, não é atividade facultativa, sua inação sujeita os profissionais envolvidos em penalidades (Lei n. 6.259/1975 c/c Lei n. 6.437/1977 e Código Penal), devem seguir os princípios gerais da administração pública, além de incidência da Lei de Improbidade Administrativa e de Responsabilidade, em razão do envolvidos em todas as esferas da estrutura do Estado e da sociedade (COSTA NETO, 2018a).

Metodologia

Cuida-se de análise documental, utilizando do instrumento de coleta de dados por meio da Lei de Acesso a Informação (LAI), em relação às informações sobre os agravos e notificações registradas no sistema de monitoramento de saúde referente ao exercício de 2017, bem como de notícias publicadas em periódicos nacionais e institucionais.

A notificação compulsória é um dos mecanismos de tratamento de eventos em vigilância epidemiológica, cujos dados devem ser comunicados por autoridades de saúde, os quais os achados devem ser registrados no Sistema Nacional de Agravos Notificáveis (SINAN), para monitoramento, de modo a propiciar o “alerta precoce” (BRASIL, SAÚDE, 2016), podendo ser informações negativas, em razão da não existência de evidências, ou positivas, motivada pela notificação compulsória.

As informações foram extraídas da sistematização realizada no Relatório do Perfil dos Servidores Estatutários, no tocante aos transtornos mentais (DISTRITO FEDERAL, 2018), em relação aos servidores públicos estatutários do governo do Distrito Federal, bem como nos dados registrados na Lista de Notificação Compulsória em Unidades Sentinelas (LNCUS), os quais foram acessados por meio da Lei de Acesso a Informação (LAI).

Os fatos observados estão relacionados a servidores públicos estatutários, ou seja, aqueles regulados e regidos pelo Regime Jurídico do Servidor Público do Distrito Federal (Lei Complementar n. 840/2011), dessa forma os achados do relatório da área de saúde têm como foco aqueles com regime de legislação específica, não abrangendo empregados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Para tanto, inicialmente, buscamos identificar a força de trabalho do Governo do Distrito Federal do ano de 2017, período do levantamento de dados e da pesquisa realizada pelo governo

do Distrito Federal, i.e., conhecer o total de servidores estatutários e empregados públicos na esfera governamental em atividade, cujo órgão de imprensa oficial do Distrito Federal dispõe do total da força de trabalho conforme tabela 01.

Tabela 1- Força de Trabalho do Governo do Distrito Federal

SERVIDOR DA UNIDADE	114021
SERVIDORES REQUISITADOS DO GDF	3240
SERVIDORES SEM VÍNCULO	7015
SERVIDOR CEDIDO	3644
TOTAL	127920

Fonte: Força de Trabalho do Distrito Federal (2018)

Entretanto, como bem frisou o órgão de saúde sobre o levantamento de dados, o mesmo tinha como objetivo discorrer sobre os servidores estatutários, em que “os servidores com status Cedidos e Requisitados foram excluídos para evitar duplicidade da informação” (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 01), dessa forma o universo de servidores pesquisados e a quantidade de licenças por transtornos mentais foram excluídos os cedidos e requisitados, além daqueles regidos pela CLT segundo a tabela 2.

Tabela 2- Total de Servidores Pesquisados e Quantidades de Licenças Identificadas

Universo de Servidores Pesquisados	83545,08
Quantidade de Licenças	15557

Fonte: Diretoria de Epidemiologia (2018)

De acordo com o órgão de saúde do Distrito Federal (2018) para identificar o quantitativo de servidores estabeleceu-se o Índice de Frequência de Licenças (IFL), segundo os dados extraídos tem como resultado a média dos servidores ativos, representado pela soma de janeiro e dezembro e feita à razão por doze, cujas variáveis corresponderiam a cada carreira do governo do Distrito Federal na seguinte situação conforme tabela 3.

Tabela 3- Total de Afastamento por Transtorno Mental de servidores Estatutários do Distrito Federal

POR SECRETARIA	QTDE LICENÇAS	Total de servidores Ativos
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7639	37374,00
SECRETARIA DE SAÚDE	6430	32071,08
DEMAIS SECRETARIAS	1488	14100,00
	15557	83545,08

Fonte: Diretoria de Epidemiologia (2018)

Logo, nossa análise operou no grupo de 15557 licenças concedidas por Transtornos Mentais, em relação a 18,62% do total de servidores ativos estatutários, considerando como

valores totais de licenças concedidas e registradas. Em suma, os achados em relação às notificações para nossa análise serão considerados tão somente os servidores estatutários e não a força de trabalho do Distrito Federal, demonstrando ser a área de educação com maior incidência, seguida pela área de saúde, porém, trabalhamos nesse artigo em relação a todos os servidores estatutários.

Para estabelecer a convergência proposta no presente ensaio recorreremos ao Código Internacional de Doenças (CID), por sua vez identificamos aqueles que figuram de forma igualitária no Decreto 6.957/2009, os quais indicam a possibilidade de nexo entre o trabalho e o agravo, uma vez ser o objetivo do presente trabalho é de verificar a existência, em tese, de nexo epidemiológico, conseqüentemente pela notificação compulsória e tomada das medidas administrativas necessárias, seguindo os critérios da tabela 4:

Tabela 4 - Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados com o Trabalho (Gr V da CID-10)

DOENÇAS	AGENTES ETIOLÓGICOS OU FATORES DE RISCO DE NATUREZA OCUPACIONAL
[...]	[...]
II - Delirium, não sobreposto a demência, como descrita (F05.0)	1. Brometo de Metila (X46.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro XIII) 2. Sulfeto de Carbono (X49.-; Z57.5) (Quadro XIX)
III - Outros transtornos mentais decorrentes de lesão e disfunção cerebrais e de doença física (F06.-): Transtorno Cognitivo Leve (F06.7)	1. Tolueno e outros solventes aromáticos neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro III) 2. Chumbo ou seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.5) (Quadro VIII) 3. Tricloroetileno, Tetracloroetileno, Tricloroetano e outros solventes orgânicos halogenados neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro XIII) 4. Brometo de Metila (X46.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro XIII) 5. Manganês e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.5) (Quadro XV) 6. Mercúrio e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro XVI) 7. Sulfeto de Carbono (X49.-; Z57.5) (Quadro XIX) 8. Outros solventes orgânicos neurotóxicos (X46.-; X49.-; Z57.5)
IV - Transtornos de personalidade e de comportamento decorrentes de doença, lesão e de disfunção de personalidade (F07.-): Transtorno Orgânico de Personalidade (F07.0); Outros transtornos de personalidade e de comportamento decorrentes de doença, lesão ou disfunção cerebral (F07.8)	1. Tolueno e outros solventes aromáticos neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro III) 2. Tricloroetileno, Tetracloroetileno, Tricloroetano e outros solventes orgânicos halogenados neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro XIII) 3. Brometo de Metila (X46.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro XIII) 4. Manganês e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.5) (Quadro XV) 5. Mercúrio e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro XVI) 6. Sulfeto de Carbono (X49.-; Z57.5) (Quadro XIX) 7. Outros solventes orgânicos neurotóxicos (X46.-; X49.-; Z57.5)
	1. Tolueno e outros solventes aromáticos neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro III)

V - Transtorno Mental Orgânico ou Sintomático não especificado (F09.-)	2. Tricloroetileno, Tetracloroetileno, Tricloroetano e outros solventes orgânicos halogenados neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro XIII) 3. Brometo de Metila (X46.-; Z57.5) (Quadro XIII) 4. Manganês e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.5) (Quadro XV) 5. Mercúrio e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro XVI) 6. Sulfeto de Carbono (X49.-; Z57.5) (Quadro XIX) 7. Outros solventes orgânicos neurotóxicos (X46.-; X49.-; Z57.5)
VI - Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso do álcool: Alcoolismo Crônico (Relacionado com o Trabalho) (F10.2)	1. Problemas relacionados com o emprego e com o desemprego: Condições difíceis de trabalho (Z56.5) 2. Circunstância relativa às condições de trabalho (Y96)
VII - Episódios Depressivos (F32.-)	1. Tolueno e outros solventes aromáticos neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro III) 2. Tricloroetileno, Tetracloroetileno, Tricloroetano e outros solventes orgânicos halogenados neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro XIII) 3. Brometo de Metila (X46.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro XIII) 4. Manganês e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.5) (Quadro XV) 5. Mercúrio e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro XVI) 6. Sulfeto de Carbono (X49.-; Z57.5) (Quadro XIX) 7. Outros solventes orgânicos neurotóxicos (X46.-; X49.-; Z57.5)
VIII - Reações ao “Stress” Grave e Transtornos de Adaptação (F43.-): Estado de “Stress” Pós-Traumático (F43.1)	1. Outras dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho : reação após acidente do trabalho grave ou catastrófico, ou após assalto no trabalho (Z56.6) 2. Circunstância relativa às condições de trabalho (Y96)
[...]	[...]
X - Outros transtornos neuróticos especificados (Inclui “Neurose Profissional”) (F48.8)	Problemas relacionados com o emprego e com o desemprego (Z56.-): Desemprego (Z56.0); Mudança de emprego (Z56.1); Ameaça de perda de emprego (Z56.2); Ritmo de trabalho penoso (Z56.3); Desacordo com patrão e colegas de trabalho (Condições difíceis de trabalho) (Z56.5); Outras dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho (Z56.6)
XI - Transtorno do Ciclo Vigília-Sono Devido a Fatores Não-Orgânicos (F51.2)	1. Problemas relacionados com o emprego e com o desemprego: Má adaptação à organização do horário de trabalho (Trabalho em Turnos ou Trabalho Noturno) (Z56.6) 2. Circunstância relativa às condições de trabalho (Y96)
[...]	[...]

Fonte: Decreto 6.957/2009

Definido aqueles que podem figurar na lista de achados recorreremos ao CID em relação aos Transtornos Mentais, com o fito de proceder à verificação perante o Decreto, e do mesmo modo no Relatório elaborado pelo órgão de saúde, identificando os achados pelo CID, o percentual e a quantidade de licenças conforme a tabela 5:

Tabela 5 – Transtornos Mentais

CID –RELATÓRIO	CID DECRETO	ACHADOS	QTD LICENÇAS
F05	F05	0,01	1,56
F06	F06	0,12	18,67
F07	F07	0,03	4,67
F09	F09	0,01	1,56
F10	F10	1,05	163,35
F32	F32	26,01	4046,38
F43	F43	15,68	2439,34
F48	F48	0,05	7,78
F51	F51	0,16	24,89
TOTAL		43,12	6708,40
DEMAIS CASOS		56,88	8846,60
TOTAL GERAL		100	15557

Fonte – Diretoria de Epidemiologia (2018)

Logo, a porcentagem de afastamentos por motivo de transtornos mentais, cuja possibilidade de relação e nexos com o trabalho corresponde a 43,12% do total de licenças concedidas pelo governo do Distrito Federal, nesse caso, 6.708,40 casos à luz da legislação federal com possibilidade de se estabelecer o nexo entre a atividade profissional e o agravo, em tese, situação de notificação compulsória conforme definido pela Portaria do Ministério da Saúde.

Por derradeiro, consultamos o sistema Distrital e Federal, Unidade Sentinela para conhecer o total de notificações compulsórias registradas, em relação aos Transtornos Mentais relacionados ao trabalho, além de dados divulgados pela imprensa, os quais noticiavam a existência de relatório e registros nacional, bem como do Ministério da Saúde em relação ao Distrito Federal de acordo com a Tabela 6:

Tabela 6 - Número de Notificações Compulsória de Transtornos Mentais

UF de Notificação	Ano de Notificação											Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015*	2016*	2017	
Distrito Federal	0	5	26	0	0	1	4	7	7	0	9	59

Fonte: MS/SVS/SINAN (banco atualizado em 04/01/2019) e Jornal Metrôpoles e Secretaria de Saúde DF

* dados de 2014, 2015 e 2016 sujeitos a revisões.

Procedemos à análise das Portarias do Ministério da Saúde que tinham por objetivo disciplinar a Lei 6.259/1975, que dispõe sobre a vigilância epidemiológica e que estabelece o

rol de doenças de Notificações Compulsórias desde o exercício de 2007 (Portaria n. 777/2004), em sua última edição regulamentada pela Portaria n. 205/2016 e atualizada em 2017 (Portaria de Consolidação n. 05/2017) e chegar aos resultados.

Resultados

Em relação à Notificação Compulsória, conforme se infere da legislação constitui-se em determinação legal, trata-se de um dever do profissional da área de saúde quando identificado possível agravo caso utilize-se do CID para registro do atendimento, momento o qual deve se fazer consignar nos registros do Sistema de Acompanhamento Sentinela às doenças ou patologias identificadas, como se trata de servidores públicos o lançamento é efetuado de igual modo nos assentamentos funcionais.

Esse fato tem relevância, pois no caso do servidor público estatutário do Distrito Federal, apesar de legislação que lhe garante o atendimento e o acompanhamento médico-laboral, as comunicações de afastamento médicos, inicialmente, são expedidos por profissionais externos ao local de trabalho, todavia, sujeitos a “homologação” pelo órgão de saúde para o deferimento ou não da licença de saúde.

Nesse caso, há de se observar que o servidor público ao apresentar sinais de transtornos mentais, o órgão de saúde procede à denominada avaliação e “homologação”, cujo fito é o de conceder a licença de saúde ou determinar a “alta programada”, ou mesmo indeferir o pedido, porém, apresentando as justificativas legais, além dos procedimentos inerentes as medidas de promoção da saúde do trabalhador, ou possível apuração de acidente de trabalho.

Em relação “alta programada” cuida-se de medida pelo qual o órgão de saúde, após a verificação dos fatos ensejadores da licença para tratamento de saúde, ao invés de proceder ao acompanhamento, iniciar ações preventivas, e o tratamento da saúde laboral do trabalhador em razão de seu dever de ofício, pelo contrário, define e estabelece a data de retorno ao trabalho dos servidores.

Ou seja, havendo o atendimento de possível indicação de doença laboral ou acidente de trabalho, em primeiro momento haver-se-ia necessidade de se promover o acompanhamento e a tomada de medidas de promoção à saúde do trabalhador, em relação à segunda situação o competente procedimento de abertura para verificação de acidente ou não de trabalho. Portanto,

em ambos os casos se faz necessário afastar ou confirmar o nexo laboral, além da notificação quando situações definidas no rol taxativo da legislação quando da utilização do CID em consonância com o Decreto.

Segundo os dados extraídos do Relatório da área de saúde em relação aos servidores estatutários do Distrito Federal, o total de acometimentos com possível nexo epidemiológico corresponde a 43,12% ou 6.708,40 do total de licenças concedidas (15557), denota-se do levantamento que os transtornos mentais com relação do trabalho atingem 8,03% da força dos servidores estatutários (83545). Logo, são razões suficientes para se providenciar medidas preventivas, além do fato de ser a maior causa de afastamento laboral, bem como das situações em maiores incidências são na área de Educação e Saúde.

Entretanto, quando da leitura das informações prestadas pelo sistema de registro nacional consta tão somente 09 (novo) casos, podemos asseverar que os fatos ensejadores do lançamento por meio do Código Internacional de Doenças têm as seguintes conclusões: o nexo entre do agravo e a relação laboral inexistente; ii) não houve a notificação do ocorrido em razão do não preenchimento.

No tocante ao afastamento do nexo, quando da escolha do Código Internacional de Doenças (CID), o mesmo está disciplinado pelo Decreto 6.957/2009, no caso, cuida-se de servidores públicos regidos por legislação e normas gerais da administração pública. Logo, para cada registro há de ocorrer o devido procedimento administrativo, tanto pela conclusão do acidente ou pelo nexo laboral sem a condição de acidente grave, todavia, o registro no sistema ainda é compulsório, eis que o CID foi mantido segundo a legislação.

Em relação ao não registro no sistema de monitoramento e mapeamento de agravos, o relatório indica que todos os achados foram anotados nos assentamentos individuais, desde a confecção do relatório passou a ser objeto de avaliação de política pública. Portanto, deveriam ser comunicados no sistema de monitoramento, cujos resultados devem refletir na agenda governamental.

Decerto, as razões, causas e motivos que levaram a ausência de registros, em tempos pretéritos baseavam-se no argumento da proteção de dados individuais, eis que não sistematizados, outrora rechaçado pelo órgão de Controle Externo segundo decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, leva-nos a manter o entendimento da subnotificação é uma situação sem alteração (COSTA NETO, 2018). Acresça-se quando da identificação por meio de acompanhamento, devem ser objeto de revisão de ofício e providenciar medidas saneadoras.

Considerações Finais

Verifica-se do resultado encontrado que no Distrito Federal, em relação ao exercício de 2017, o órgão de Saúde de Promoção da Saúde do Trabalhador Estatutário identificou em relação às 15557 licenças por Transtornos Mentais, todavia, 43,12% ou 6.708,40 dessas evidências, em tese, tem nexos ou relação de possível critério de Notificação Compulsória, consequentemente, existe a possibilidade de se estabelecer o nexo epidemiológico com o trabalho.

Entretanto, no sistema de vigilância em unidade vigilância encontra-se registrado tão somente 09 (nove) casos em razão de notificação compulsória, os resultados divulgados pelo órgão de saúde revelam que os Transtornos Mentais são a maior causa de absenteísmo dos servidores estatutários do Distrito Federal, há duas situações a serem consideradas ao tema, há nexo epidemiológico entre o agravo e a atividade laboral ou inexistência da notificação dos fatos ocorridos.

Porém, o elevado número de licenças com critérios objetivos de registro por figurarem na legislação e identificados pelo órgão de saúde, em relação aos servidores pesquisados, em tese, com indícios de comprometimento da saúde por questões laborais, alcança 8,03% dos 83.575 servidores estatutários, demonstrando risco e comprometimento à saúde por questões laborais, e o órgão de saúde deve promover a respectiva orientação e providenciar medidas para evitar o agravamento.

Porém, o diminuto número de notificações, 09 (nove) no sistema de acompanhamento, uma vez afastada todas as possibilidades de nexo entre a atividade laboral e o agravo à saúde, seria motivo de comemoração, inclusive, a recomendação de adoção e divulgação dos resultados e as medidas tomadas, porém, a convergência do relatório entre o agravo e os achados, consequentemente, o não registro no sistema de vigilância é fato incontroverso.

A falta de políticas de promoção de saúde, a não divulgação precisa dos dados prejudica o controle social e governamental, a inação da notificação dos acometimentos de doenças compromete o direito à saúde, os diversos servidores, a sociedade, o Estado, ao cidadão e a prestação dos serviços, cujo relatório não identifica as possíveis causas, nem faz alusão às medidas tomadas para finalizar esse quadro, sequer reconhece a possível relação laboral, ou mesmo indica que os achados não têm relação com a atividade desenvolvida.

Portanto, identifica-se prejuízo à saúde do trabalhador e da sociedade, além de falta de

medidas para solução dos problemas encontrados, ausência de monitoramento e avaliação, os quais desde o conhecimento pelo órgão governamental das informações devem promover medidas de mudanças para reverter de forma urgente essa situação sob o risco de haver a responsabilização do Estado e dos Gestores da Saúde.

Referências

ANDRADE, Gabriela Oliveira; DANTAS, Rosa Amélia Andrade. *Transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em médicos anestesiológicos*. Brazilian Journal of Anesthesiology, Volume 65, Issue 6, November–December 2015, pp. 504-510.

BRASIL. *Lei 6.259, de 30 de outubro de 1975*. Dispõe sobre a vigilância epidemiológica.

BRASIL. *Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977*. Dispõe sobre a legislação sanitária.

BRASIL. *Decreto 6.957, de 09 de setembro de 2009*. Dispõe sobre o Regulamento da Previdência Social para aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria 205, de 17 de fevereiro de 2016*. Define a lista nacional de doenças e agravos, na forma do anexo, a serem monitorados por meio da estratégia de vigilância em unidades sentinelas e suas diretrizes.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria de Consolidação n. 05, de 28 de setembro de 2017*. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde / Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil*; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

COSTA NETO, Antonio Gomes da. *A Necessidade da Promoção da Saúde dos Trabalhadores da Educação Pública do Distrito Federal*. Revista Gestão Universitária, 2019. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-necessidade-da-promocao-da-saude-dos-trabalhadores-da-educacao-publica-do-distrito-federal>> Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

_____. *A Subnotificação de Doenças e Agravos à Saúde dos Profissionais da Educação: uma análise do caso do magistério público do Distrito Federal*. Revista Educação Pública. Disponível em: <<http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/saude-artigos/a-subnotificacao-de-doencas-e-agravo-a-saude-dos-profissionais-da-educacao-uma-analise-do-caso-do-magisterio-publico-do-distrito-federal>>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

_____. *A Subnotificação de Doenças e Agravos à Saúde dos Profissionais da Educação: uma análise do caso do magistério público do Distrito Federal*. Revista Gestão Universitária. 2018. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/478/original/Subnotifica%C3%A7%C3%A3o_Antonio_Gomes_da_Costa_Neto.pdf?1542670323>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

_____. *A Subnotificação de Doenças e Agravos à Saúde dos Profissionais da Educação: uma análise do caso do magistério público do Distrito Federal*. Semana de Produção Científica 2018, Revista Eixo, Instituto Federal de Brasília, 2018. Disponível em: <<http://revistaixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/Issue/94/28>>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

_____. *A Subnotificação de Doenças e Agravos à Saúde dos Profissionais da Educação: uma análise do caso do magistério público do Distrito Federal*. Jornada de Pesquisa e Extensão, 2018. Instituto Federal de Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/gama/caderno-de-resumos-da-jepe>>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

_____. *Accountability e a educação das relações étnico-raciais: do controle social à responsabilização*. Revista Educação Pública. Cecierj, 2012. Disponível em <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/direito/0005.html>>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

CHAMAPGNE, François; BROUSSELLE, Astrid; CONTRADIPOULOS, André-Pierre; HARTZ, Zulmira. A apreciação normativa. In.: BROUSSELLE, Astrid; CONTRADIPOULOS, André-Pierre; HARTZ, Zulmira. *Avaliação: conceitos e métodos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Auditoria Operacional. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal*. Processo n. 1130/2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. *Instrução Normativa nº 001, de 10 de março de 2017*. Estabelece as responsabilidades concernentes à produção, arquivo e manuseio de documentos e informação cuja produção e arquivamento esteja relacionada ao atendimento médico, bem como ao expediente médico e/ou administrativo, no âmbito da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – Subsaúde.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Administração Pública do Distrito Federal. *Portaria n. 173, de 25 de setembro de 2013*. Consolidação das informações relativas à força de trabalho do Governo do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria De Epidemiologia em Saúde Do Servidor. *Transtornos Mentais e Comportamentais em Servidores Estatutários do Distrito Federal*. 2017 [2018]

METROPOLES. Brasília. *Edição de 14 de setembro de 2018*. Servidores da educação são os que mais sofrem de doenças mentais no DF. Disponível em <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/servidor/servidores-da-educacao-sao-os-que-mais-sofrem-de-doencas-mentais-no-df>>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

METROPOLES. Brasília. *Edição de 22 de setembro de 2018*. Distúrbios no trabalho estimulam tentativas de suicídio. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/saude-br/disturbios-no-trabalho-estimulam-tentativas-de-suicidio-2>>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

SILVA, Paloma Alves dos Santos da et al. *Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados entre idosos de um município do Brasil*. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 639-646, Feb. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000200639&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 9/02/2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018232.12852016>.

SCHWARTZ, Odila Paula Savenhago. *Doença mental, direitos humanos e o exercício da enfermagem: instrumentos legais brasileiros*. Campo Grande. Dissertação [Mestrado em Enfermagem] – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; 2017.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

COSTA NETO, Antonio Gomes da. Os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho dos servidores públicos do Distrito Federal: Nexo causal, Sistema de Informações e Notificações. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.45, p. 82-94. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 28/03/2019

Aceito 29/03/2019